



Número do BANPESQ/THALES: 2012015887

Título do projeto:

Dinâmicas e configurações do turismo no Litoral do Paraná

I. Autores:

Prof. Dr. **MARCELOS CHEMIN** – Graduação em Turismo (2001/UEPG), Mestrado em Turismo e Hotelaria (2004/UNIVALI), Doutorado em Geografia (2011/UFPR). Coordenador do Projeto de Extensão (PROEC/UFPR) 804/13 e Orientador de IC desde 2013. Professor do curso de Gestão de Turismo da UFPR – Setor Litoral e do Mestrado de Turismo da UFPR.

Profa. Dra. **CINTHIA MARIA DE SENA ABRAHÃO** – Graduação em Ciências Econômicas (1990, UFU), Mestrado em História Econômica (1998/USP), Doutorado em Geografia (2011/UFPR). Vice-coordenadora do Projeto de Extensão (PROEC/UFPR) 804/13 e Orientadora de IC desde 2013. Professora do Curso de Gestão e Empreendedorismo da UFPR – Setor Litoral e do Mestrado de Turismo da UFPR.

II. Resumo: A pesquisa analisa dinâmicas e configurações relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico e espacial do fenômeno turístico no Litoral do Paraná. Esta região, conformada política e administrativamente por sete municípios, que abrigam pouco mais de 284 mil habitantes, é portadora de uma coleção de patrimônios histórico-culturais e naturais (mosaico de Unidades de Conservação), que gradativamente têm se prendido à imagem de recursos e produtos turísticos. Em que pese o potencial da oferta turística, a atividade em geral é ainda pouco desenvolvida, apresenta níveis qualitativamente precários na prestação de serviços e é frequentemente explorada sob um modelo econômico insustentável, com efeitos severos sobre o uso do solo, relações de trabalho e para as relações sociais cotidianas. Além disso, observa-se que as iniciativas e ações de gestão e planejamento não se referenciam por parâmetros profissionais ou se baseiam em conhecimento sistematizado, articulado a estratégias de fomento e organização do turismo voltado para o desenvolvimento da região. Neste contexto, esta investigação pretende decifrar e conhecer as interações socioespaciais do turismo, como meio de constituir, junto a outros estudos e pesquisas, um estatuto de conhecimento científico a respeito da região. A metodologia adotada ao longo do desenvolvimento da pesquisa pode ser classificada como qualiquantitativa, combinando instrumentos relacionados à pesquisa bibliográfica, documental, história oral, bem como os instrumentos especificamente quantitativos.

III. Introdução

Com uma população de aproximadamente 284 mil habitantes, distribuída em sete municípios, o Litoral do Paraná tem na atividade turística um dos setores mais importantes da economia regional. Os segmentos de maior projeção e desempenho são o de Sol e Praia, ecoturismo e o histórico-cultural.

O primeiro segmento, Sol e Praia, acomoda-se principalmente nos três municípios balneários, Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba, “projetados” a partir da década de 1930 como praias paranaenses, símbolos do lazer e recreação em ambientes alheios à residência e à vida cotidiana. Após a década de 1960, todavia, é que experimentaram um acelerado crescimento

populacional e do quadro urbano, impulsionado pela edificação de segunda residência, um desejo de consumo imobiliário cada vez mais intenso em a partir destes anos em estratos de classe média e alta paranaense, em especial a curitibana. O ecoturismo e o turismo histórico-cultural se desenvolvem nucleados por patrimônios naturais, vinculados ao ecossistema regional, e patrimônios culturais, reconhecidos em inúmeros monumentos e sítios remanescentes da urbanização colonial portuguesa.

Mais recentemente, após a década de 1990, num panorama de expansão da economia da experiência e de serviços (CLAVÉ, 2009), emergência do paradigma ambiental (CASTELLS, 1999), fortalecimento e valorização dos significados de patrimônio histórico-cultural e ambiental (MURTA, 2002; CHOAY, 2001; URRY, 2001), tanto os balneários, como os ecossistemas regionais – demarcados por um mosaico de unidades de conservação –, as manifestações culturais, as porções urbanas de origem colonial, principalmente em Paranaguá e Antonina, recrudescem no discurso desenvolvimentista como “recursos e produtos turísticos” promissores, necessários à consolidação destes municípios e da região como destino turístico nacional.

Próximo a isto, pesquisas e estudos (ANGULO, 2000; DESCHAMPS e KLEINKE, 2000; MOURA e WERNECK, 2000) explicitam conclusões a respeito do turismo como força configurativa de dinâmicas socioeconômicas e territoriais no Litoral do Paraná. Trata-se de uma atividade que mantém o Litoral do Paraná em intercâmbio permanente com fluxos estrangeiros e reforça a imagem de destino de lazer para parcela considerável da população paranaense. De outro modo, o turismo também desenha territórios na sua dinâmica cotidiana, retroalimenta significados e projeta símbolos locais, além de ativar uma cadeia de serviços (LACAY, 2008), geradora de renda, inúmeros postos de trabalho e que retrata em boa medida o perfil da cultura empreendedora local.

Contudo, apesar desta proeminência da atividade, interpreta-se nesta pesquisa que as iniciativas de gestão e fomento do turismo na região, tanto no âmbito público como no privado, demonstram fragilidades multifatoriais: (i) desarticulação, inclusive em relação a outras áreas adjacentes e fundamentais ao turismo; (ii) ausência de foco estratégico; (iii) incompreensão dos recursos e da pluralidade da imagem turística regional; (iv) dissociação de outros instrumentos de planejamento; (v) decisões e deliberações políticas e técnicas de baixa qualidade.

Sendo assim, considera-se que este conjunto de fatores define um **problema** social. Em sentido amplo este problema resulta na incapacidade de formulação de uma plataforma política regional/local, articulada por ações de planejamento integral e gestão estratégica, sintonizada a elementos estruturais e mais amplos deste mercado. Contudo, identifica-se que sua origem se dê na inexistência de um estatuto de conhecimento regional, organizado e eficiente na demonstração do perfil das dinâmicas e configurações da atividade turística no Litoral do Paraná.

O desconhecimento do perfil das dinâmicas, espaço-temporais, bem como as configurações econômicas, políticas, organizacionais, culturais, sociais e ambientais assumidas pela atividade turística nesta região inviabilizam operações no plano de gestão estratégica, assim como decisões de maior qualidade, ao mesmo tempo em que sujeitam a elaboração de políticas públicas a diagnósticos pontuais e fragmentários. Nesta condição a execução de ações distantes da perspectiva de sustentabilidade e inclusão social é efeito direto, fato que reforça o subdesenvolvimento do setor na região litorânea do Paraná.

A luz destes pressupostos e da problematização indicada, **justifica-se** a realização desta pesquisa que tem como objetivos:

Geral: Analisar dinâmicas e configurações do quadro de desenvolvimento socioeconômico e da organização espacial da atividade turística no Litoral do Paraná, tendo em vista constituição de base de dados, análise da rede de atores e suas centralidades, com vistas a conceder subsídios analíticos e propositivos para elaboração e implementação de políticas públicas.

Específicos

- 1) Desenvolver base teórico-metodológica compatível com a investigação espacial da atividade turística numa perspectiva multidimensional (social, econômica, ambiental e cultural).
- 2) Levantar e sistematizar informações, quantitativas e qualitativas, e organizar base de dados, necessárias à compreensão das dinâmicas e configurações espaciais relacionadas à região e às atividades turísticas;
- 3) Delinear regionalmente a organização sócio-espacial e política do turismo, com vistas ao delineamento da rede de atores e suas centralidades.
- 4) Analisar as implicações da expansão da atividade turística, bem como registrar potencialidades na região;
- 5) Produzir diagnósticos e proposições que gerem subsídios qualificados para elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do turismo de base sustentável na região.

Compreender as dinâmicas e configurações do quadro de desenvolvimento socioeconômico e da organização espacial da atividade turística no Litoral do Paraná, é fundamental para a constituição de um estatuto de conhecimento regional, que subsidie políticas públicas. Além disso, do ponto de vista teórico, faz-se necessário investir em trabalhos que procurem desenvolver alternativas teórico-metodológicas compatíveis com a investigação espacial da atividade turística numa perspectiva multidimensional (social, econômica, ambiental e cultural). De outro modo, para efetivar gestão regional e territorial, é condição básica decifrar a organização

espacial do turismo no Litoral do Paraná, bem como verificar o panorama das implicações desta atividade e registrar potencialidades sem manejo pertinente.

Importante ressaltar que esta pesquisa iniciou em 2013. Os seguintes resultados podem ser elencados: a) realização de estudos relacionados à origem do desenvolvimento da atividade turística neste litoral, em sua interação com a implantação dos sistemas de transportes desde o século XIX. Derivado deste processo de estudo foi publicado um artigo científico (DOI: 10.5380/raega.v32i0.33073) na Revista RAEGA da UFPR (Qualis A2); b) dois bolsistas Iniciação Científica vêm trabalhando no processo de sistematização de dados derivados de pesquisa bibliográfica e documental a respeito da produção científica sobre o turismo na região, além da identificação e mapeamento de informações quantitativas e cartográficas relativas ao mesmo tema. Este trabalho resultou na produção de um artigo em fase de avaliação em periódico Qualis B1.

Desde 2012 a equipe conta com dois professores doutores (Marcelo Chemin e Cinthia Maria de Sena Abrahão), alunos bolsistas de Iniciação científica (2) e mantém integração e cooperação, em outra frente, com o projeto de extensão 804/13 (PROEC/UFPR), coordenado pelos mesmos professores, que dispõe de outros estudantes bolsistas (3 em 2013; 4 em 2014). Esta equipe tem participado de eventos científicos internos e externos à instituição. REGISTRO BANPESQ original 2012003470. REGISTRO BANPESQ atual 2012015887. Em 2014, os pesquisadores supracitados em conjunto com o também pesquisador do Mestrado de Turismo (UFPR) professor Dr. José Elmar Feger, submeteram e tiveram a aprovação do projeto intitulado **“a dinâmica relacional no desenvolvimento do turismo na região litoral do Paraná: uma análise no contexto do programa de regionalização do turismo”**, tendo sido aprovado (Processo: 454775/2014-8 Chamada: MCTI/CNPQ/Universal 14/2014 - Faixa A - até R\$ 30.000,00). Tal projeto constitui um recorte da pesquisa aqui propugnada para sua continuidade e será abordado de forma articulada por meio do plano de trabalho definido para o período 2015-2016.

IV. Revisão da literatura:

1) Litoral do Paraná e o turismo: considerações iniciais

O Litoral do Paraná possui sete municípios e abriga uma população de aproximadamente 284 mil habitantes (IBGE, 2014). Este antigo território tupi-guarani foi o núcleo-colonizador do Paraná moderno, estabelecidos por europeus portugueses e alguns membros de outras nações mediterrâneas a partir do século XVI. Os sete municípios litorâneos paranaenses (FIGURA 1) apresentam um rico e diversificado patrimônio natural e cultural, com participação ativa nos imaginários e na identidade paranaense.

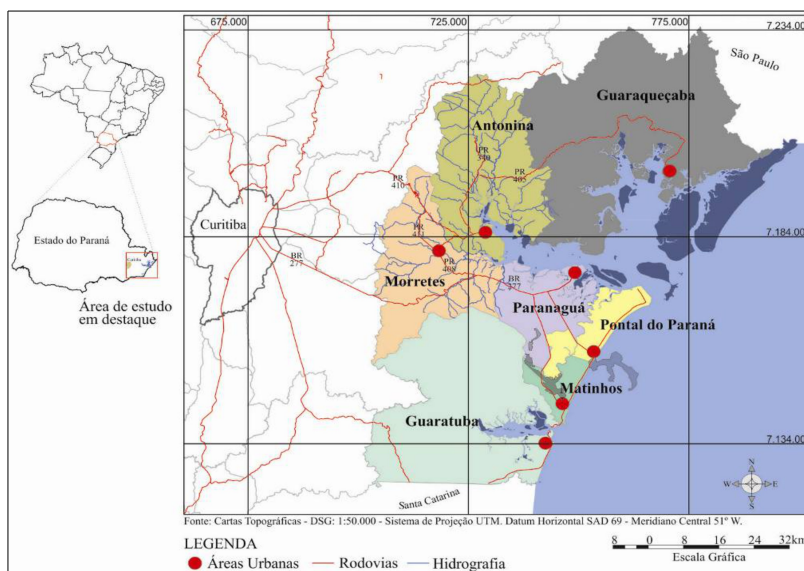


FIGURA 1 – Municípios integrantes do Litoral do Paraná.
ORGANIZAÇÃO: Marcos Miara e Marcelo Chemin (2010).

A paisagem natural da região dispõe de um mosaico diversificado de espaços naturais, como o próprio mar, as regiões praieiras, restingas, manguezais, morros e planícies aluviais, rios e a encosta da Serra do Mar, esta com os remanescentes da Mata Atlântica. Várias unidades de conservação atendem o objetivo de preservar esta riqueza natural sendo também comprometidas com a preservação das culturas populares e tradicionais da região. A UNESCO reconhece o conjunto dos ecossistemas litorâneos como 'Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera'.

No campo cultural, os bens incluem caminhos históricos, como o Itupava (séc. XIX), classificado pelo IPHAN como patrimônio arqueológico (Lei Federal 3.924/61), a Estrada da Graciosa (Séc. XIX) e a Estrada de Ferro Curitiba – Paranaguá, uma das poucas ferrovias brasileiras ativas para transporte humano e de finalidade turística. As cidades históricas de

Paranaguá, Antonina e Morretes, projetam paisagens e comportam práticas do cotidiano relacionadas com monumentos e casarios, além das tradições culturais como o fandango (dança), barreado (prato típico local) e inúmeros produtos artesanais. O Centro Histórico de Paranaguá foi tombado pelo IPHAN no ano de 2009 e o de Antonina foi tombamento provisoriamente pelo mesmo órgão em Junho de 2011.

Apesar de rica em recursos patrimoniais, com forte apelo turístico, a região não goza de indicadores de desenvolvimento satisfatórios, nem mesmo no campo turístico. A turistificação e balnearização da região intensificaram nas últimas quatro décadas a projeção do litoral como espaço-símbolo de veraneio ligado ao turismo de sol e praia para boa parte da população paranaense e de estados vizinhos, todavia, frente à sazonalidade, mostram-se insuficientes como ativadores de prosperidade econômica duradoura.

De outra forma, o município de Paranaguá, em decorrência da atividade portuária, promove uma distorção considerável do peso econômico da região. Considerada a microrregião litoral, trata-se da quinta posição mais relevante no que tange à contribuição para a formação do PIB estadual (IBGE, 2012). Importante destacar que o PIB paranaense é altamente concentrado na microrregião de Curitiba. Paranaguá, por sua vez, comporta aproximadamente 50% da população da região e representava, em dados de 2012, 4% do PIB do Estado (IBGE, 2000-2012).

A atividade portuária, que caracteriza o núcleo econômico de Paranaguá e é responsável por esta representatividade, articula o município à Região Metropolitana de Curitiba em detrimento das demais cidades com as quais divide a planície litorânea. Excluída a contribuição de Paranaguá para o PIB da microrregião litorânea tem-se que sua contribuição não chega a representar 1% do PIB estadual. Com efeito, no geral, excluída a contribuição da cidade portuária, a região é marcada por uma condição socioeconômica marginal no Paraná. Isto se deve a fatores históricos que conduziram a economia regional a um sistema produtivo pouco diversificado, além da promoção de uma condição periférica com baixa integração aos fluxos regionais e nacionais. Devido a isso, os municípios litorâneos alternam historicamente entre situações de prosperidade e decadência demonstrando dificuldades com renovações produtivas e, por consequência, ficando relegados a modificações nas regiões centrais, que afetam sobretudo a dinâmica do turismo.

Inúmeras pesquisas apontam o turismo como importante vetor da estruturação sócio-espacial do Litoral do Paraná e submetido a uma forte sazonalidade que concentra fluxo nos meses de clima quente. Uma das facetas de maior relevo se deve justamente a esta alta capacidade do turismo em interferir na configuração sócio-espacial na região (ANGULO, 2000; DESCHAMPS e KLEINKE, 2000; MOURA e WERNECK, 2000), além de se configurar em

mecanismo pelo modo mais evidente sob o qual o Litoral do Paraná experimenta intercâmbios, trocas culturais com fluxos extra-regionais e obtém participação nas redes sociais e econômicas.

Em parte a pujança do turismo está vinculada ao fenômeno da balnearização, observado no litoral na segunda metade do século XX, que acarretou na urbanização da costa (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) impulsionada pela edificação de segunda residência da classe média e alta, principalmente curitibana. A intensificação das atividades de lazer no espaço-praia estimulou uma urbanização cujas funcionalidades atendem ao veranismo.

O setor da construção civil e o comércio de serviços acompanharam este processo de ocupação da costa que deriva em um segundo processo, a urbanização dos arredores das áreas de veraneio. Esta urbanização acolhe moradores e imigrantes que organizam e apostam suas vidas nas oportunidades das temporadas de verão, responsáveis por dinamizar a economia dos municípios praiano-turísticos e fora deste período em oportunidades ligadas à vigilância e manutenção das áreas urbanas mais sofisticadas (DESCHAMPS e KLEINKE, 2000; MOURA e WERNECK, 2000).

Além dos balneários, o mosaico de unidades de conservação tecido sobre o território regional e as atrações históricas vinculadas a Estrada de Ferro, da Graciosa, Caminho do Itupava e cidades históricas de Paranaguá, Morretes e Antonina, incentivam a constituição de um sistema produtivo baseado em inúmeras atividades turísticas (LACAY, 2008).

2) Desafios e a necessidade de novas bases e perspectivas para o turismo

Da incongruência e descompassos entre a legislação e seus princípios e a ordem social identificam-se fundamentos de inúmeros conflitos que se instalaram ao longo do território nacional, seja na zona costeira ou no interior, muitos dos quais enlaçados às implicações de um modelo de desenvolvimento turístico concentrador e excludente.

Baseado nesta perspectiva, o ecoturismo, por exemplo, deixou de exercer seu efeito potencial de desenvolvimento includente¹, quando o ecoturista foi autorizado a usufruir de um patrimônio natural, cujo uso é restringido para as populações que contribuíram para sua preservação até o presente momento.

A disjunção forçada entre natureza e cultura tradicional, onde os homens são proibidos pelo Estado de exercer as suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da natureza

¹ Segundo Sachs (2004, p. 81), o desenvolvimento includente pode ser definido por oposição aos modelos excludentes e concentradores de renda. Para se efetivar requer a garantia dos direitos civis, cívicos e políticos para toda a população.

intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre as sociedades tradicionais. (DIEGUES, 1996, p. 9).

Pode-se dizer que a partir das décadas de 1970-1980, ocorreu no Brasil, de forma muito acelerada, a introdução de atividades turísticas marcadas pela ausência de um planejamento integrativo, capaz de perceber e se beneficiar das inúmeras facetas do turismo e da integração desse fenômeno à vida cotidiana. A atividade era interpretada como exitosa a partir de um viés excessivamente centrado no desempenho das empresas do ramo de serviços, que constituem mais claramente a oferta turística: meios de hospedagem, empresas do setor de alimentos e bebidas e transportes.

Com efeito, assistiu-se a proliferação de ações de cunho excludente, com implicações sobre a população litorânea, considerada atrasada, incapaz de ser portadora do progresso. Em geral, estas comunidades se tornaram dependentes da geração de renda através de atividades turísticas, que movimentam sazonalmente economias locais por períodos de 2 a 4 meses ao ano.

A visão econômica que regeu a ocupação do litoral no período em questão promoveu uma forma de apropriação dos recursos naturais, tendo em vista a obtenção de lucros de curto prazo. A especulação imobiliária foi e continua sendo determinante em grande parte deste território, destacável como fator relevante na exclusão das populações locais e na ampliação da vulnerabilidade ambiental da zona costeira.

Ainda que sejam consideráveis os equívocos da legislação que busca incorporar os efeitos da valorização contemporânea do ambiente costeiro, é fato que existe uma diversidade de fundamentos para a implantação de uma política pública que articule desenvolvimento, turismo e inclusão. Há que se pensar que a demanda turística em nível global assumiu novas feições, passando a valorizar tanto o meio ambiente físico (natureza), como o meio ambiente cultural (patrimonial e identitário).

Tal processo torna possível renovar o turismo nos destinos já consolidados (exigindo neste caso políticas de 'resgate' cultural), bem como possibilita a inclusão de novos destinos, até então excluídos dos roteiros clássicos (TAVALERA, 2003, p.33).

Los bienes naturales y/o culturales dan cohesión y grandeza a un imaginario del pasado y la tradición, esos lugares, son desde entonces rescatados, preservados y custodiados, no tanto por su funcionalidad para las poblaciones locales, sino más bien por el mero monumentalismo-conservacionismo, aunque para ello deban limitarse sus usos, adornarse sus estilos y recrear sus historias (TAVALERA, 2003, p. 33).

A conciliação entre desenvolvimento e turismo, quando tratamos de comunidades 'tradicionais' ou 'semitradicionais', de áreas de elevada vulnerabilidade socioambiental como é

caracterizada a zona costeira brasileira, constitui um processo conflituoso e complexo. Inviabilizar o modo de vida destas populações e não incorpora-las ao processo de desenvolvimento turístico, no entanto, significa inviabilizar o próprio desenvolvimento².

De acordo com as informações presentes na última edição do 'Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil' (BRASIL, 2009) a fragilidade ambiental está presente ao longo de toda a costa brasileira. O desastre natural que mais se associa a este processo de ocupação são as inundações. Isto ocorre de forma mais contundente, conforme amplia a densidade de ocupação humana e de atividades econômicas, sobretudo as industriais. A conservação ambiental e a atenuação dos riscos de inundação estão associadas à preservação do patrimônio natural e cultural da costa brasileira (p. 93).

A densidade populacional da região litorânea continua sendo elevada, embora a concentração maior esteja nas regiões metropolitanas. De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), cerca de 23% da população brasileira permanece residindo no litoral. Em alguns pontos da costa, como no litoral sul do Brasil existem confluências graves de atividades econômicas altamente impactantes e densidade demográfica elevada. Este é o caso da região onde estão concentrados os portos de Paranaguá, São Francisco do Sul e Itajaí, nos estados do Paraná e Santa Catarina (MMA, 2009, p. 100).

Pode-se dizer que a atividade turística baseada principalmente no atrativo "sol e praia", em função de sua instalação de forma inadequadamente planejada e acompanhada de um processo intenso de especulação imobiliária, agravou o quadro crítico de ocupação territorial. Por outro lado, é possível ver de forma mais clara a potencialidade pouco explorada de atrativos relacionados à cultura e à natureza. O grande desafio é realizar este novo salto, e ao mesmo tempo redimir os impactos gerados nas etapas que o precederam.

Alguns sinais podem ser vislumbrados e apontam nesta direção. Há praticamente dois marcos importantes em termos de política pública para o turismo no primeiro decênio do século XXI no Brasil. O primeiro se refere à independência institucional, a partir da criação do Ministério do Turismo, expressão da relevância do setor na economia brasileira. O segundo marco está na incorporação da perspectiva da inclusão e da responsabilidade social no conceito de desenvolvimento turístico.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007-2010 explicitou em seu título, "Uma Viagem de Inclusão", a ênfase da função social do turismo (BRASIL, 2008). Nesse sentido, aponta-se para a

² Um campo ainda inexplorado dos estudos teóricos e de proposição de políticas públicas está relacionado a esta temática que envolve o desenvolvimento turístico a partir e em prol das comunidades tradicionais ou semitradicionais remanescentes no Brasil.

possibilidade de serem construídas novas bases institucionais e político-administrativas para a organização e propulsão da atividade turística no Brasil. Contudo, trata-se de uma política ainda demasiadamente incipiente para ser objeto de análise no que tange à sua efetividade.

Ao menos em termos de proposição o PNT aponta para a gestão compartilhada entre as diversas instâncias do setor público, e, entre estas e o setor privado, partindo da ênfase na função social do turismo. Esta, por sua vez, representa a nosso ver uma proposição historicamente inovadora e que pode conduzir a um caminho que supere a lógica economicista que presidiu as políticas públicas que o antecederam. Os objetivos tradicionais relacionados à atividade econômica propriamente turística se combinam com outros relacionados ao desenvolvimento includente. Dentre estes estão a geração de empregos e divisas para o país, ao mesmo tempo, a inclusão social, a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável.

A divisão do território a partir da base regional continua sendo esteio do planejamento turístico no Brasil. A partir dela, o PNT 2007-2010 propôs focar em um grupo de destinos turísticos selecionados, que deverão atuar como indutores do desenvolvimento na região e da própria roteirização turística. Combinam-se a promoção de novos destinos, ampliando a oferta, ao mesmo tempo em que se busca a ampliação da demanda interna e externa (BRASIL, 2008). Vale destacar que mais da metade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turísticos estão localizados no litoral. Parte destes já são destinos consolidados, mas circunscritos ou pelo menos têm priorizado seus potenciais relacionados ao lazer de “praia e sol”.

Por outro lado, está presente no Estudo de Competitividade dos Destinos Indutores no Brasil³ a ideia de que o sucesso da atividade turística deixa de ser medido pelo número de visitantes, passando a ser representado por receita gerada pelos turistas, benefícios sociais oriundos da atividade, entre outros. Este conceito que se traduz em indicadores qualitativos e quantitativos é consoante à noção de desenvolvimento sustentável a que se refere à Organização Mundial de Turismo (OMT). Todavia, requer um esforço no sentido da construção de indicadores que suplantem a lógica meramente quantitativista de apuração de demanda e oferta turística.

Aspecto relevante nesta trajetória de amadurecimento da construção dos documentos e das diretrizes de planejamento turísticos no Brasil se refere ao destaque concedido ao elemento territorial do desenvolvimento do setor. Nesta óptica é que a questão da regionalização pode ser contextualizada e representa um avanço no sentido de possibilitar que se compreenda o potencial dinamizador que o turismo concede aos recortes territoriais sobre os quais se consolidam os espaços turísticos. Em contrapartida, o planejamento e gestão em novas instâncias de

³ De acordo com a Política Nacional de Turismo 2007-2010, foram escolhidas 65 regiões turísticas representadas pelos destinos indutores de desenvolvimento. Cada estado da federação possui no mínimo um destino indutor.

governança, articuladas por meio do conceito de região, trazem novos desafios para que se efetivem os objetivos das políticas públicas.

3) A nova emergência do litoral brasileiro

A partir do contexto esboçado no item anterior, a zona costeira reassumiu um papel estratégico que havia perdido ao longo do processo de industrialização brasileiro, que priorizou o eixo interior, liderado pela cidade de São Paulo e pela nova capital, Brasília. Tal caráter estratégico está relacionado aos grandes circuitos logísticos de circulação de âmbito global e planetário. De tal forma que o novo horizonte tecnológico de intervenção passou a posicionar a zona costeira como área para onde confluem gamas de recursos, bióticos e abióticos, em pleno processo de valorização. Com ênfase nos aspectos físicos, estas dimensões fizeram reascender o ambiente costeiro ao campo da geopolítica (BECKER, 2001).

Este novo quadro se refletiu na articulação entre as políticas voltadas para o desenvolvimento turístico, associadas às políticas ambientais. Em 1994, foi lançado o plano nacional de municipalização do turismo, bem como foram publicadas as diretrizes para uma política nacional de ecoturismo (FERNANDES, 2007, p. 44). O foco central do planejamento turístico na década de 1990, não por acaso, foram as zonas litorâneas.

Além disso, tanto o PLANTUR (Plano Nacional do Turismo, de 1992), quanto o PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo, de 1995) estiveram focados no litoral, no caso deste último, mais especialmente no nordeste brasileiro. Vale ressaltar ainda que, no caso do PRODETUR houve uma clara inspiração nas experiências de valorização turísticas das famosas áreas costeiras mediterrâneas da Espanha, França e Itália (DIEGUES, 1996, p. 3).

O PRODETUR nordeste, implantado na década de 1990 e considerado o de maior sucesso, teve diversos projetos desenvolvidos em regiões que já sofriam com o processo de expansão urbana, concentração de renda e sobrevalorização do solo, combinados à instalação das residências secundárias (SILVA e FERREIRA, 2008). Estava implícita na concepção do programa, a ideia de que a melhoria da infraestrutura, tendo em vista propulsionar a atividade turística, teria implicações naturalmente positivas para a população de cada local receptor dos investimentos. Da mesma forma, o Programa Ecoturismo (EMBRATUR / IBAMA) aprovado em 1994, buscou transpor o modelo norte-americano de parques nacionais para a realidade brasileira.

É importante considerar e frisar que a zona costeira brasileira⁴ não foi efetivamente articulada às políticas de modernização capitalista desde a década de 1950, exceto pelo papel de escoadouro das exportações através das cidades portuárias. Em decorrência passou a representar um espaço relevante de sobrevivência de culturas tradicionais. Em contrapartida, a partir do momento em que foi desencadeado o processo de valorização do espaço costeiro em função do *status* e das possibilidades de lazer, associadas ao fenômeno da segunda residência, paulatinamente ocorreu uma reconstrução do espaço e de suas funções (BECKER, 1995).

Este processo, no entanto, não tem incorporado de forma privilegiada as populações litorâneas, que em grande parte ainda preservam características tradicionais no seu modo de vida. Além disso, a alteração do espaço costeiro ficou focada predominantemente nos municípios mais próximos aos grandes centros urbanos, onde se concentra a renda e, portanto, de onde provém, em grande parte, a demanda turística.

4) Quadro histórico e macrocenário da organização política do turismo no Brasil

A industrialização brasileira, cujo auge se deu na década de 1950, com o Plano de Metas, impulsionou a interligação viária, contribuindo para a integração do território nacional. Isto possibilitou também a ligação entre as cidades mais ricas, como São Paulo e Rio de Janeiro, ao litoral. A classe média urbana em ascensão passava a vislumbrar o *status* decorrente da condição de possuir uma residência secundária no litoral (DIEGUES, 1996, p. 1). Até então, pode-se dizer que o turismo estava circunscrito às elites, sobretudo aquelas advindas das oligarquias rurais, direcionados, sobretudo, à Europa.

Não se pode dizer que o turismo no Brasil tenha iniciado com o 'boom' dos anos 1950, mas enfatizamos que houve neste momento um impulsionamento da atividade. Fernandes (2007, p. 28-29) demonstra que algumas transformações relevantes precederam este período. Dentre elas estão a descoberta das estações climáticas, em função das restrições de viagens advindas do período da Primeira Guerra, o que foi incrementado com o atrativo dos cassinos que se instalaram nestes lugares⁵.

O elemento marcante de valorização do litoral como destino turístico esteve relacionado à campanha de projeção do Rio de Janeiro como "cidade maravilhosa", realizada em 1922. Esta foi

⁴ O espaço da Zona Costeira (ZC) é representado por uma área que inclui o Mar Territorial e um total de 395 municípios que se distribuem por 17 estados, incluindo os municípios defronte ao mar e aqueles que se localizam nas regiões metropolitanas litorâneas. Em extensão são 524 mil Km².

⁵ Em 1946 os Cassinos foram proibidos no Brasil por Decreto do presidente Gaspar Dutra.

sucedida pela inauguração da estátua do Cristo Redentor em 1931, que consolidou a cidade como principal destino turístico brasileiro.

Foi na década de 1960, no entanto, que o processo iniciado pelo Plano de Metas, fundador do eixo rodoviário que norteou a integração nacional, assumiu proporções realmente consideráveis. Há que se destacar que esta foi a década mais próspera, no sentido de possibilitar a ascensão econômica da classe média, uma decorrência das condições de crescimento do “Milagre econômico” (1968-1973). Derivou daí que os anos 1970 foram marcados por uma onda de crescimento do setor hoteleiro no Brasil.

Embora tenha havido de fato um crescimento do setor turístico e da infraestrutura que possibilitaram a expansão de sua oferta, não se observa, até então, em nível da política pública um conjunto de ações que configurem o planejamento da atividade. Portanto, em grande medida o crescimento da oferta turística foi se organizando a partir de uma lógica espontaneísta, guiada pelas oportunidades do mercado. Apenas na década de 1960 apareceu, no delineamento da política pública, alusão efetiva ao turismo⁶, em termos da intencionalidade do planejamento.

Neste sentido, pode-se dizer que a instituição de instrumentos de normatização e incentivos à atividade turística no território nacional foram provenientes da década de 1960. De forma mais efetiva, isto se deu na vigência do regime militar. Tanto assim, que em 1966 foram criados a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo) e o CNTur (Conselho Nacional de Turismo).

A regulação do setor, em especial do segmento de viagens, passou a ser bastante incisiva. Em decorrência disto, as empresas turísticas foram obrigadas a definir seus investimentos a partir do que se propunha como caminho para desenvolvimento econômico do país (FERNANDES, 2007, p. 37). Como não poderia deixar de ser, o foco mais restritivo era direcionado ao deslocamento, dado o contexto de liberdade restrita imposto pelo regime autoritário.

Um novo quadro institucional e de organização da estrutura para implementação de políticas públicas para o turismo surgiu na década de 1980, quando através do decreto 86.176/1981 foi proposta a criação de áreas especiais e locais de interesse turístico. A partir daí, a Embratur passou a ser responsável pelo inventário de bens de valor cultural (FERNANDES, 2007, p. 40). Na sequência, paulatinamente, foram consolidadas novas estruturas que teriam no governo Itamar Franco (1992-1994) um ganho importante com a criação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

⁶ Em 1958 foi criada a Combratur, Comissão Brasileira de Turismo, e dividido o território em zonas e regiões de interesse turístico. Esboçavam-se as bases de uma primeira política pública para o turismo, que não chegou a se consolidar em função do golpe de Estado que destituiu o governo civil (CARVALHO, 2000, p. 100).

Em nível mundial, desde a década de 1970 tornou-se presente e relevante a discussão sobre os efeitos da atividade turística, em especial de sua relação com o ambiente natural. No contexto político brasileiro, no entanto, esta discussão não encontrou ambiente político para se instalar. Consideramos que, se fosse outro o quadro institucional brasileiro, provavelmente teria ocorrido ao menos a minimização de alguns efeitos negativos da forma de ocupação litorânea, realizada por diversas atividades turísticas entre as décadas de 1970 e 1980.

Mesmo nos anos 1980, em que se vivenciou a transição democrática, continuou postergada a discussão sobre as questões ambientais, e, sobretudo as socioambientais. Vale destacar, no entanto, que ainda nesta década houve o reconhecimento de vários lugares como patrimônio histórico da humanidade pela UNESCO, fato de alta relevância no sentido da divulgação dos destinos⁷.

Na década de 1990, sob o contexto efetivo do pós-abertura democrática, bem como sob a influência da Constituição Federal de 1988, que menciona pela primeira vez a atividade turística, confluíram simultaneamente duas pressões sobre o turismo no Brasil: a questão ambiental expressa na moção à “preservação”, e a necessidade de descentralização política, a partir do reconhecimento da importância da municipalidade, como se viu ao longo da vigência do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, implantado no Governo FHC.

Importante destacar que ao longo do último quartel do século XX, nos países altamente industrializados, aconteceram alterações profundas no sistema de produção. Processo que foi intitulado por muitos de era pós-fordista, e até mesmo pós-industrial, ainda que a nova base tecnológica transformada tenha surgido a partir da estrutura industrial. Combinado ao quadro geopolítico alterado pelo fim da Guerra Fria, a partir do marco histórico da queda do muro de Berlim em 1989, a nova base tecnológica de produção, pautada na eletrônica possibilitou uma redefinição dos espaços geográficos de produção. Justificou, portanto, que na década seguinte entrasse em cena um processo de integração produtiva e um conjunto de fluxos econômicos a que foi intitulado de globalização, na terminologia anglo-saxã, ou mundialização, para os franceses.

A revolução científico-tecnológica associada a “crise ambiental”, bem como a velocidade das novas mudanças e a presença/difusão de redes de conexão até então impensáveis (redes eletrônicas de comunicação), criou uma nova articulação local-global. Mais profundas que as transformações tempo/espaço promovidas pela introdução da tecnologia do pós-segunda guerra

⁷ Na década de 1980, foram reconhecidos como patrimônio histórico mundial: a cidade histórica de Ouro Preto (1980); Centro Histórico de Olinda (1982); Missões jesuíticas Guarani, em São Miguel das Missões (1983); Centro Histórico de Salvador (1985); Santuário do Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas do Campo (1985); Parque Nacional do Iguaçu em Foz do Iguaçu (1986); Plano Piloto de Brasília (1987) (FERNANDES, 2007, p. 31).

foi a conversão da tecnologia da guerra fria para o campo da produção e consumo de bens e serviços, especialmente a partir da década de 1990. Estes novos processos viabilizaram a mercantilização das imagens dos lugares de forma ainda não experimentada na história humana.

Conforme Becker (2001), merece destaque o novo significado da natureza a partir deste momento. Esta atinge o significado de valor futuro, de reserva de valor, o que também se reflete na oferta turística, a partir do surgimento de um segmento turístico, o ecoturismo (p. 3). Esta nova forma de valorização do ambiente natural teve incidência significativa sobre os países periféricos, tropicais e mediterrâneos, trazendo simultaneamente potencial de desenvolvimento, mas muitas vezes assumindo uma faceta perversa ao promover conflitos relacionados ao uso do território.

V. Material e métodos:

A escolha dos caminhos metodológicos constitui um dos passos mais relevantes para a execução da pesquisa. Todavia, é necessário ter clareza acerca da inexistência da neutralidade na escolha do método, na medida em que a perspectiva de análise do pesquisador é balizadora na realização da pesquisa. Ademais, como bem sintetiza Sposito (2004, p. 23), “método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador”.

Isso posto, pode-se dizer que a perspectiva que pretendemos adotar para desvelar os aspectos essenciais, as contradições e os motores que dinamizam os processos relacionados ao objeto analisado assume como ponto de partida o método histórico de investigação. Compreende-se ainda que o espaço emerge como conceito central para delimitar os impactos e transformações territoriais decorrentes do desenvolvimento da atividade turística. Trata-se neste contexto do espaço hominizado, transformado pela ação humana, o que reflete o caráter híbrido do conceito. Ao mesmo tempo variável, porque os elementos que o compõem devem ser contextualizados, posto que assumem significados distintos a cada combinação espaço-tempo a que são submetidos.

A aplicação da análise espaço-temporal no objeto recortado torna evidente o aspecto político da produção do espaço, o que nos remete ao conceito de território. Na obra de Raffestin (1998) estão os elementos que substanciam a compreensão da influência das relações de poder sobre o espaço e sua resultante na produção do território. No mesmo sentido está o processo de apropriação do território, que se dá sob diversas formas e é determinante na definição histórica das transformações territoriais. Deriva daí o conceito de territorialidade como elemento

fundamental para pensar tanto a produção do espaço, transformado em território, como a apropriação material e simbólica do mesmo.

De outro modo, a leitura da configuração de territórios e espaços sob influência do turismo será operacionalizada com o suporte das teorias do espaço turístico de Boullón (1985, 1990) e Lozato-Giotard (1990), ambas com potencial de serem aplicadas em conjunto e em vias de complementaridade, quando se referir ao caso de áreas urbanas, à abordagem sobre áreas funcionais turísticas de Hayllar, Griffin e Edwards (2011, p. 23-39).

Pesquisa bibliográfica e documental será parte fundamental das etapas iniciais. Em grande medida serão levantados e analisados materiais de fonte documental indireta, tais como planos de desenvolvimento, diagnósticos, relatórios de planejamento, relatórios técnicos. Vale a pena frisar que os documentos públicos relativos ao conjunto de transformações relacionadas ao turismo, enquanto fenômeno socioeconômico e cultural, encontram-se completamente fragmentados em diversas fontes, que vão das bases de dados públicas aos bancos de teses e dissertações acadêmicas.

Além do acesso aos bancos de dados do IPARDES, IBGE, CADASTUR e outros, serão realizadas entrevistas tendo em vista compreender a percepção e interpretação dos agentes envolvidos diretamente com os órgãos relevantes para a análise, bem como aqueles que estão diretamente envolvidos com a oferta e demanda turística. Destacamos ainda a adoção da história oral como um referencial metodológico relevante para a pesquisa turística. Isto porque os aspectos subjetivos que são inerentes aos serviços turísticos não podem ser captados por métodos baseados na objetividade das estatísticas, que nos servem muito bem para acompanhar os movimentos de mercado, o crescimento da demanda ou sua retração, dentre diversos outros aspectos relevantes da pesquisa turística. Todavia, a percepção dos turistas, dos empreendedores turísticos e da população local de forma geral passa ao largo dos instrumentos quantitativos e requer o suporte das metodologias qualitativas.

Conforme Thompson (2002), a história oral pode ser compreendida como um método tipicamente interdisciplinar que possibilita capturar os aspectos mutáveis das sociedades e culturas por meio da escuta das pessoas, bem como do registro de suas experiências. O que compreendemos poderá nos fornecer um caminho particularmente construtivo para abordagens relacionadas aos atores vinculados à atividade turística, sejam moradores que vivenciam as transformações no local, sejam os turistas que experienciam o lugar. Além disso, permite que nos aproximemos da vida das comunidades tradicionais remanescentes da região litorânea do Paraná.

Para Bedim e Paula (2007, p. 67), ao considerarmos os processos sociais promovidos e desencadeados pelo turismo nas localidades receptoras a história oral pode ser vista como “um

instrumento potencial para registrar as mais variadas representações e anseios das “populações visitadas”, uma vez que, [...] os custos sociais do turismo não costumam aparecer em nenhum levantamento contábil dos empreendimentos econômicos engendrados por este fenômeno”.

VI. Referências:

ANGULO, R. J. **As praias do Paraná**: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 99, p. 97-103, jul./dez. 2000.

BECKER, Bertha. **Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. 1995.

_____. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. IN: **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 1, Nº 1, 2001.

BEDIM, Bruno P.; PAULA, Heber E. de. “Relatos visitados”: história oral e pesquisa em turismo e hospitalidade. Considerações teórico-metodológicas. IN: **Caderno Virtual de Turismo**, v.7, n.1, 2007, p. 63-77, UFRJ, Rio de Janeiro.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. MTUR/Brasília. **Plano Nacional de Turismo - 2007/2010 - Turismo uma Viagem de Inclusão**. Mtur. Brasília. 2007.

_____. **Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Relatório Brasil. Mtur. Brasília. 2008.

BOULLÓN, R. Planificación del espacio turístico. Trillas: México, 1985.

_____. Los municipios turísticos. México: Trillas, 1990.

CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas públicas em turismo no Brasil. IN: **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLAVÉ, S. A. Paisajes temáticos. In: BUSQUETS, J.; CORTINA, A. **Gestión del paisaje**: manual de protección, gestión y ordenación del paisaje. Barcelona: Ariel, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. IN: **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. L. U. **Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul./dez. 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O turismo em áreas litorâneas e as áreas naturais protegidas**. São Paulo: NUPAUB, 1996. Disponível em: <<<http://www.usp.br/nupaub>>> Acessado em: abril de 2009.

FERNANDES, Suellen Wallace Rodrigues. **A inserção do espaço geográfico no planejamento nacional do turismo**. Dissertação [Mestrado] - Instituto de Ciências Humanas / Departamento de Geografia. Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

HAYLLAR, B; GRIFFIN, T; EDWARDS, D. Turismo em áreas urbanas: compreendendo o campo de estudo. In. HAYLLAR, B; GRIFFIN, T; EDWARDS, D; ALDRIGUI, M. **Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1-22.

LACAY, M. A. C. (Coord.). **Cadeia produtiva do turismo no Paraná**: estudo da região turística do litoral. Curitiba: IPARDES, 2008.

LOZATO-GIOTARD, J-P. **Geografía del turismo**: del espacio contemplado al espacio consumido. Barcelona: Masson, 1990.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. **Ocupação contínua litorânea do Paraná**: uma leitura do espaço. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n. 99, p. 61-82, jul./dez. 2000

MURTA, S. M.; ALBANO, C. (Orgs.). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

PIERRI, N. **O litoral do Paraná**: entre a riqueza natural e a pobreza social Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1998.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da; FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. Três Momentos Da Urbanização Turística: Estado, Mercado e Desenvolvimento Regional No Nordeste Brasileiro (1997-2007). IN: **Observatório das Metrópoles**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em : <<<http://web.observatoriodasmetrolopes.net/>>>. Acessado em : Janeiro de 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia** – contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

TAVALLERA, Augustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. IN: **Horizontes antropológicos**. [on line]. 2003, Ano 9, n. 20, pp. 31-57.

THOMPSON, Paul. História oral contemporaneidade. IN: Revista Associação Brasileira de História Oral, n. 5, p. 9-28, jun-2002.

URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: SESC Nobel, 2001.